



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025

Fls. nº 238

Contração de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica, com expertise comprovada, voltados ao gerenciamento e à execução das atividades orçamentárias, contábeis, financeiras e patrimoniais para prestação de suporte estratégico à administração pública, assegurando a conformidade com a legislação vigente, bem como a otimização dos processos de gestão fiscal e contábil, garantindo eficiência na execução orçamentária, transparência na gestão de recursos públicos ao município de Santa Isabel do Rio Negro-AM

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, de um lado, na condição de CONTRATANTE, A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, com sede nesta cidade, na av. Danilo Correa, s/n, centro, cep: 69.270-000, Estado do Amazonas, inscrita no CNPJ 04.194.239/0001-09, representada pelo seu prefeito, o senhor José Ribamar Fontes Beleza, portador do CPF n. 075.825.012-68, e do RG. nº 277591 SSP-AM, residente e domiciliado na Av. Eduardo Gomes nº s/n, bairro São Judas na cidade de Santa Isabel do Rio Negro, estado do Amazonas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: CONTASNORTE ATIVIDADES DE CONTABILIDADE SOCIEDADE LTDA - CNPJ: 13.127.077/0001-79, neste ato representado pelo Sr. Jonas Sabino da Costa, brasileiro, empresário, consultor, residente na Rua Terra Nova, 81, São José Operário I, CEP: 69.085-080, Manaus-AM, portador do RG. Nº 1019562-9 do CPF nº 770.600.082-68. Firmam o presente instrumento contratual na conformidade das Cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Contração de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica, com expertise comprovada, voltados ao gerenciamento e à execução das atividades orçamentárias, contábeis, financeiras e patrimoniais para prestação de suporte estratégico à administração pública, assegurando a conformidade com a legislação vigente, bem como a otimização dos processos de gestão fiscal e contábil, garantindo eficiência na execução orçamentária, transparência na gestão de recursos públicos, na forma do procedimento de inexigibilidade de Licitação.
- 1.2 Este CONTRATO decorre do Despacho do Senhor Prefeita Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, que autorizou a inexigibilidade.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO.



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
GESTÃO DE CONTRATOS



Fls. nº 139

Item	Descrição / especificação	UND	QTD	VL. UNIT	VL. GLOBAL
001	<p>Contração de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica, com expertise comprovada, voltados ao gerenciamento e à execução das atividades orçamentárias, contábeis, financeiras e patrimoniais para prestação de suporte estratégico à administração pública, assegurando a conformidade com a legislação vigente, bem como a otimização dos processos de gestão fiscal e contábil, garantindo eficiência na execução orçamentária, transparência na gestão de recursos públicos</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Especialização Técnica: O mercado contábil exige conhecimento contínuo sobre as legislações tributária, fiscal e trabalhista, que são constantemente alteradas. A contratação de um escritório especializado assegura a conformidade com as normas vigentes, evitando riscos de erros e penalidades.▪ Eficiência e Agilidade: A prefeitura necessita de uma gestão contábil eficiente para garantir a regularidade e precisão nas demonstrações financeiras, bem como no cumprimento das obrigações fiscais e tributárias. Um escritório de contabilidade oferece a expertise necessária para realizar essas tarefas com agilidade.▪ Eficiência e Agilidade: A prefeitura necessita de uma gestão contábil eficiente para garantir a regularidade e precisão nas demonstrações financeiras, bem como no cumprimento das obrigações fiscais e tributárias. Um escritório de contabilidade oferece a expertise necessária para realizar essas tarefas com agilidade.▪ Apoio à Tomada de Decisões: Um escritório de contabilidade contribui para a análise e interpretação correta dos dados financeiros, oferecendo informações estratégicas que auxiliam na tomada de decisões importantes, como planejamento orçamentário e investimentos.	Mês	12	17.130,00	205.560,00



	<ul style="list-style-type: none">▪ Atendimento às Exigências Legais: A legislação fiscal e tributária exige a correta escrituração das operações financeiras da empresa/órgão, o que inclui o envio de declarações, como a DCTF, SPED, e outras obrigações acessórias. A contabilidade especializada assegura que todas essas obrigações sejam cumpridas de forma correta e pontual.▪ Compliance e Transparência: A terceirização dos serviços contábeis também contribui para maior transparência e compliance nas operações da prefeitura, uma vez que os registros contábeis serão realizados por profissionais independentes, evitando possíveis conflitos de interesse.				
--	--	--	--	--	--

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** até o dia 10 (dez) do mês subsequente o valor resultante da prestação do serviço, depois do recebimento das notas fiscais, já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização;
- Quando as convocações para prestação de serviços, forem na sede do Município de Santa Isabel do Rio Negro-AM a contratante é responsável por todas as despesas de deslocamento e hospedagem;
- Fornecer e colocar a disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste Contrato;
- Disponibilizar espaço adequado para que a Contratada execute suas atividades durante o período que seus consultores estiverem à disposição da Contratante em atendimentos in loco;
- Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA**. Notificando a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 14.133/2021, e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato;
- Modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitando os direitos da **CONTRATADA**;
- Rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados na lei 14.133/2021.



Fls. nº 341

3.2 DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) executar o objeto deste CONTRATO, de acordo com as determinações contidas no Termo contratual.
- b) responsabilizar-se pelo serviço, o qual deverá estar de acordo com as especificações do contrato
- c) assumir, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes dos serviços necessários à boa e perfeita execução do objeto deste CONTRATO;
- d) não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente CONTRATO, sem prévia concordância do órgão licitador;
- e) executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- f) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e quantificação exigidas nesta licitação;
- g) Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.;
- i) Responsabilizarem-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato;
- j) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado a Lei 14.133/2021;
- l) Colocar a disposição da Contratante durante a vigência do contrato no período de expediente da Contratante os serviços on-line e por meio eletrônico, conforme condições previstas neste contrato;
- m) Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer dos serviços;
- n) Comunicar à Prefeitura Municipal, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos por motivo superveniente, que impeçam, mesmo temporariamente, a Contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente;



- o) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- p) Realizar a cada quadrimestre relatórios de atividades executadas.

Fls. nº 342

4. CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1 A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato serão realizados por Fiscal do contrato, observando-se o artigo 117 da Lei 14.133/2021, cabendo dentre outros:

- a) Solicitar a execução dos serviços mencionados;
- b) Supervisionar a execução dos serviços, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização das falhas ou defeitos observados;
- c) Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora de sua competência;
- d) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, designados por escrito, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- e) Acompanhar a execução dos serviços, indicar as ocorrências de indisponibilidade;
- f) Encaminhar à autoridade competente os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes a pagamentos.
- g) O acompanhamento e a fiscalização acima não excluirão a responsabilidade da CONTRATADA, ficando esta responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nem conferirão ao CONTRATANTE, responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução do serviço contratado.
- h) As determinações e as solicitações formuladas pelos representantes do CONTRATANTE, encarregados da fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou nesta impossibilidade, justificadas por escrito.
- i) Para a aceitação do objeto, os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, observarão se a CONTRATADA cumpriu todos os termos constantes do projeto básico, bem como de todas as condições impostas no instrumento contratual.
- j) É vedado ao Município e aos fiscais designados, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.



- k) Durante a vigência deste contrato, a Contratada deve manter preposto aceito pela Administração do Contratante, para representá-lo sempre que for necessário.
- l) Será designado através de Portaria servidor(a) responsável para acompanhar e fiscalizar o presente CONTRATO.

5. CLAUSULA QUINTA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1 O preço ajustado para execução do presente CONTRATO é o valor de R\$ 205.560,00 (Duzentos e cinco mil e quinhentos e sessenta reais), sendo pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 17.130,00 (dezesete mil e cento e trinta reais) cada parcela.
- 5.2 O pagamento será efetuado, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante recebimento da Nota Fiscal atestada pelo fiscal de contrato.
- 5.3 O pagamento será através de crédito na Conta Bancária do fornecedor, observado a disponibilidade financeira da Contratante.
- 5.4 A Secretaria, identificando quaisquer divergências na nota fiscal, especialmente no que tange a preços e quantitativos, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, reabrindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de apresentação da nova nota fiscal corrigida dos vícios apontados.
- 5.5 O pagamento realizado pela CONTRATANTE não implica prejuízo de a CONTRATADA reparar toda e qualquer falha que se apurar nos serviços entregues, nem exclui as responsabilidades de que tratam a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Código de Defesa do Consumidor, tudo dentro dos prazos legais pertinentes.
- 5.6 O pagamento efetuado não implica, ainda, reconhecimento pela Contratante de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações que lhe são devidas em decorrência da execução do objeto, nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações deste Anexo.
- 5.7 O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA, devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação:
 - a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (conjunta) emitida pelo órgão arrecadador;
 - b) Certidão Negativa de FGTS;
 - c) Certidão Negativa de Dívida Trabalhista;
 - d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pelo órgão arrecadador (NATUREZA TRIBUTÁRIA E NÃO-TRIBUTÁRIA);



- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitida pelo órgão arrecadador;
 - f) Certidão de Falência e Recuperação Judicial.
- 5.8 A Contratante em caso de aditamento, poderá antes do prazo especificado, aditar em até 25 (vinte e cinco) por cento, nos termos do art. 175, em conformidade com o que dispõe o inciso I do **caput** do art. 124 da Lei 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1 As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2025:

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro

Unidade: 02.03 – Secretaria Municipal da Fazenda

Projeto/Atividade: 2.009 – Manut. da Secretaria Municipal de Administração, Fin...

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Fonte: 500 recursos Próprios

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE DE PREÇO

- 7.1 O valor contratado não sofrerá qualquer espécie de reajuste, exceto nos casos expressamente previstos na Lei 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1 Serão aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as penalidades conforme a seguir:
- a) A empresa que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Santa Isabel do Rio Negro e será descredenciada, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.
 - b) Subsidiariamente, nos termos do art. artigo 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro poderá, garantida a prévia defesa da empresa, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:
 - I. Advertência, por escrito, quando a empresa deixar de atender quaisquer indicações aqui



constantes;

- II. Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor contratado;
 - III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 8.2 Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela empresa, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.
- 8.3 O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido a Secretaria, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.
- 8.4 Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Secretaria ou cobrada judicialmente.
- 8.5 Além das penalidades citadas, a empresa ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas na lei 14.133/2021.
- 8.6 A recusa injustificada da Contratada em assinar o contrato, ou retirada do instrumento equivalente como a Nota de empenho dentro do prazo estabelecido pela Contratante, caracterizara o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades legalmente estabelecidas.
- 8.7 As multas não têm caráter compensatório e, assim, o pagamento das mesmas não eximirá a Contratada de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9. CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1 Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos na lei 14.133/2021, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.10 inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste CONTRATO e no processo que antecedeu a contratação, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula



Oitava.

10.2 Ficará o presente CONTRATO rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução dos serviços contratado;
- b) Paralisação do fornecimento sem justa causa ou prévia comunicação à Administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste CONTRATO, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente CONTRATO;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste CONTRATO;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste CONTRATO;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da CONTRATADA;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste CONTRATO.
- l) Demais casos fixados nos artigos 137, 138, 139, da Lei 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1 O presente CONTRATO poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 O presente CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, havendo interesse entre as partes, em decorrência do disposto no art. 106 da Lei 14.133/21, sendo que toda prorrogação de prazo deverá obedecer ao regramento do artigo acima mencionado.



12.2 Na ocorrência de prorrogação de vigência do futuro contrato administrativo, conforme estabelecido acima, será assegurado ao contratado o direito de ver o valor do contrato corrigido, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, de acordo com o estabelecido no inciso I, parágrafo 3º e 6º do art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

13.1 As partes se vinculam ao contido no competente contrato administrativo, assim como nos termos da proposta de preço, apresentada pelo CONTRATADO, devidamente reconhecida como compatível com os preços praticados no mercado profissional de serviços especializados de assessoria e consultoria administrativa e financeira.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

14.1 Constitui cláusula essencial do presente CONTRATO, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

14.2 Parágrafo Único: A suspensão do CONTRATO, a que se refere o art. 137, da Lei nº 14.133/2021, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do CONTRATO, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO

15.1 Na hipótese de a CONTRATADA receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento do valor indevido e atualizado pelo índice IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, "pró rata temporis", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

15.2 Parágrafo Primeiro - A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1 A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, mais alto padrão de ética durante todo o processo de execução do objeto.

16.2 Para os propósitos deste caput definem-se as seguintes práticas:

- I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;



- II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de Influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- IV. “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- V. “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da Administração Pública do Brasil ou de países estrangeiros, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Administração Pública do Brasil ou de países estrangeiros a promover inspeção.

16.3 Considerando os propósitos acima elencados, a CONTRATADA concorda e autoriza que a Administração Pública Municipal possa inspecionar o local de sua execução e todos os documentos, contas e registros a ele relacionados, aplicando-se as disposições da Lei no 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CONTROLE

17.1 O CONTRATANTE providenciará, nos prazos legais, a remessa de exemplares do presente CONTRATO à Secretaria Municipal de Finanças e Setor de Contabilidade.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE

18.1 O extrato do presente CONTRATO será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o art. 94 da Lei nº 14.133/2021 e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, pelo princípio publicidade conforme o disposto no caput do art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – NORMA APLICADA

19.1 Aplica-se o presente CONTRATO as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021 e alterações, assim como as regras estabelecidas no processo de Inexigibilidade de Licitação.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 O foro competente será o da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas, para dirimir qualquer questão relativa ao presente CONTRATO.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente CONTRATO lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes Contratantes.



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
GESTÃO DE CONTRATOS



Fls. nº 349

Santa Isabel do Rio Negro 21 de Junho de 2025

Município de Santa Isabel Do Rio Negro

Jose Ribamar Fontes Beleza
Prefeito de Santa Isabel do Rio Negro
Contratante

Contasorte Atividades de Contabilidade Sociedade Ltda

CNPJ nº. 13.127.077/0001-79

Jonas Sabino da Costa
CPF: 770.600.082-68

Testemunhas:

1. Paulo Roberto da S. Silva

CPF: 022.302.952-37

2. Wellson Melo Gomes

CPF: 701.428.642-00